



Regimento Interno da Cooperativa Central de Crédito – Ailos

Público-Alvo: Dirigentes e colaboradores das Cooperativas Central e Filiadas		Versão Nro: 13
Aprovado por: Conselho de Administração e Ratificado pela Assembleia Geral Ordinária	Data aprovação reunião: 26/11/2021	
Responsável pelo documento: Gerente Jurídico, Societário e Secretaria de Governança		

INTRODUÇÃO

O presente Regimento Interno apresenta os assuntos em sua estrutura, através de divisão por “Título”, “Capítulo” e “Seção”, podendo estes ser apresentados por artigos, incisos e parágrafos, sendo que, para facilitar a leitura, ao se fazer referência à **COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO – AILOS**, esta será denominada doravante de **Cooperativa Central**, as Cooperativas Singulares associadas denominadas **Cooperativas Filiadas**, os Postos de Atendimento, denominados **PAs**, os funcionários denominados **Colaboradores** e a **Cooperativa Central**, em conjunto com suas **Cooperativas Filiadas**, denominadas **Sistema Ailos**.

Todos os Manuais, Políticas e Regimentos referenciados no presente Regimento Interno tratam-se de documentos padrões do **Sistema Ailos**, motivo pelo qual quando se lê Manual de Boas Práticas para Assembleias Gerais, Manual de Crédito, Manual de Controles Internos e Gestão de Riscos, Manual de Infraestrutura de Novas Cooperativas e Postos de Atendimento – PAs, Política de Investimento, Política de Captação, Política de Governança Cooperativa, Política de Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro e Financiamento do Terrorismo, Políticas de Recursos Humanos, Política de Suprimentos, Regimento Interno dos Conselhos de Administração e Fiscal ou qualquer outro documento semelhante, leia-se padrão do **Sistema Ailos**.

TÍTULO I - DO REGIMENTO INTERNO

CAPÍTULO I – APRESENTAÇÃO

A COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO – AILOS, constituída em Assembleia Geral na data de 13 de setembro de 2002, é uma sociedade cooperativa central de crédito, de natureza civil, de responsabilidade limitada, sem fins lucrativos e não sujeita à falência, estabelecida na Rua General Osório, nº 1180, Bairro Velha, na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina.

Considerando ter o presente Regimento Interno caráter de complementaridade, deverá ser examinado em conjunto com o Estatuto Social da **Cooperativa Central**, bem como em conjunto com a Legislação Cooperativa, do Sistema Financeiro Nacional, com o Código Civil, com a regulamentação baixada pela autoridade normativa e demais normas oficiais vigentes.

As **Cooperativas Filiadas**, na condição de associadas à **Cooperativa Central**, submetem-se aos padrões, mecanismos de regulação, supervisão, estruturas de controle e todas as demais normas desta emanadas, devendo observar e respeitar, durante a permanência no Quadro Social da **Cooperativa Central**, as regras pertinentes ao uso da marca, aos limites operacionais, aos riscos de mercado, de liquidez, de crédito, operacionais, socioambiental e de imagem, e todas as demais regras existentes, conforme o disposto no art. 3º e seguintes do Estatuto Social da **Cooperativa Central**. De igual forma, os dirigentes das **Cooperativas Filiadas** deverão atentar para as obrigações geradas em decorrência da referida filiação, cumprindo-as nos prazos estabelecidos.

Em caso de descumprimento de quaisquer normas ou exigências emanadas da **Cooperativa Central**, as **Cooperativas Filiadas** e seus administradores sujeitar-se-ão à aplicação das penalidades e/ou sanções pecuniárias e administrativas, em consonância com o que prevê o Estatuto Social, a Legislação Cooperativa, do Sistema Financeiro Nacional, a regulamentação baixada pela autoridade normativa e as demais normas oficiais vigentes.

Público-Alvo: Dirigentes e colaboradores das Cooperativas Central e Filiadas		Versão Nro: 13
Aprovado por: Conselho de Administração e Ratificado pela Assembleia Geral Ordinária	Data aprovação reunião: 26/11/2021	
Responsável pelo documento: Gerente Jurídico, Societário e Secretaria de Governança		

A **Cooperativa Central** poderá ainda, desempenhar nas **Cooperativas Filiadas**, nos termos do disposto no Estatuto Social destas e de acordo com as normas reguladoras do Sistema Financeiro Nacional, ações e funções visando ao restabelecimento da normalidade do funcionamento, em face de situações de inobservância da regulamentação aplicável ou que acarretem risco imediato ou futuro, com poderes inclusive para exigir a implantação, em caráter temporário, do sistema de administração em regime de cogestão pela **Cooperativa Filiada** e pela **Cooperativa Central**.

Na condução de suas atividades deverão as **Cooperativas Filiadas** observar os princípios e práticas estabelecidos por meio da Política de Governança Cooperativa, pertinentes aos aspectos de representatividade e participação, direção estratégica, gestão executiva e de fiscalização e controle, com vistas a assegurar aos **Cooperados** equidade de tratamento, transparência, prestação de contas responsável e conformidade legal, contribuindo para a perenidade das **Cooperativas Filiadas**.

Todas as **Cooperativas Filiadas**, Conselheiros, Dirigentes e **Colaboradores**, terão livre acesso a este Regimento e, por conseguinte, ninguém poderá eximir-se de responsabilidade, alegando desconhecimento das normas e instruções nele contidas.

CAPÍTULO II - DA FINALIDADE, DA ABRANGÊNCIA E DAS ALTERAÇÕES

Artigo 1º. O presente Regimento Interno tem por finalidade formular regras procedimentais e operacionais, fixando as diretrizes básicas, forma de funcionamento e estrutura organizacional da **Cooperativa Central**, em complementação ao seu Estatuto Social, aprovado pelo Conselho de Administração e referendado pela Assembleia Geral.

Artigo 2º. Este Regimento funda-se nos valores cooperativistas, amparados na boa gestão, ética profissional, de ajuda mútua, democracia, igualdade, equidade, honestidade, transparência, solidariedade, responsabilidade e liberdade social, segurança operacional e democracia institucional, voltadas à busca constante do espírito cooperativo.

Artigo 3º. Devidamente aprovado o presente Regimento Interno e respeitadas as regras hierarquicamente superiores, terá abrangência ampla, atuando sobre os órgãos sociais previstos no Estatuto Social, neles compreendidos a Assembleia Geral, o Conselho de Administração, o Conselho Fiscal e a Diretoria Executiva, bem como sobre os próprias **Cooperativas Filiadas**, os **Colaboradores** e quaisquer prestadores de serviços terceirizados que vierem a atuar na **Cooperativa Central**.

Artigo 4º. As inclusões, exclusões e alterações de artigos no presente Regimento Interno poderão ser propostas e realizadas com base em Resoluções aprovadas pelo Conselho de Administração, e referendadas na próxima Assembleia Geral.

Parágrafo único. As inclusões, exclusões e alterações referidas no *caput* deste artigo, também poderão ser propostas pelas **Cooperativas Filiadas**, os quais deverão apresentá-las ao Conselho de Administração, desde que respeitadas os dispositivos contidos no Estatuto Social, nos normativos da **Cooperativa Central**, bem como na legislação vigente, e respeitado sempre que possível, o disposto no presente Regimento Interno.

Artigo 5º. Toda e qualquer infração ao presente Regimento Interno, além de advertência, poderá acarretar a aplicação, quando não estabelecida pena específica para a Seção Regimental, de uma pena pecuniária de até 10% (dez por cento), ou no valor de **R\$ 200,00 (duzentos reais)**, no

Público-Alvo: Dirigentes e colaboradores das Cooperativas Central e Filiadas		Versão Nro: 13
Aprovado por: Conselho de Administração e Ratificado pela Assembleia Geral Ordinária	Data aprovação reunião: 26/11/2021	
Responsável pelo documento: Gerente Jurídico, Societário e Secretaria de Governança		

mínimo, a critério do Conselho de Administração, do valor atualizado das quotas-partes do capital social da **Cooperativa Filiada** infratora, integralizadas na **Cooperativa Central**, sendo que os recursos arrecadados serão revertidos em favor do Fundo de Reservas da **Cooperativa Central**.

§ 1º. As determinações de aplicação de pena pecuniária deverão ser precedidas de advertência formal, subscrita por 2 (duas) pessoas, devendo ser preferencialmente pelo Presidente do Conselho de Administração e pelo Diretor Executivo e na ausência de um destes ou de ambos, pelo Vice-Presidente e Secretário, salvo nos casos em que a penalidade aplicada estiver regulamentada por norma específica.

§ 2º. Será concedido um prazo de 30 (trinta) dias para a regularização da infração, a contar do recebimento da advertência formal mencionada no § 1º deste artigo, sendo que a pena pecuniária só será aplicada se, transcorrido o referido prazo, a regularização não houver ocorrido.

TÍTULO II - DA INSTITUIÇÃO

CAPÍTULO I - DO OBJETIVO SOCIAL E SEUS FINS

Artigo 6º. A **Cooperativa Central** deve centrar seus esforços no sentido de atender às disposições contidas no seu objeto social, conforme disposto no art. 6º do seu Estatuto Social, além de buscar constantemente a aplicação dos seguintes princípios cooperativistas:

- a) Adesão voluntária e livre;
- b) Gestão democrática pelas **Cooperativas Filiadas**;
- c) Participação econômica dos **Cooperativas Filiadas**;
- d) Autonomia e independência;
- e) Educação, formação e informação;
- f) Intercooperação;
- g) Interesse pela Comunidade.

CAPÍTULO II – DA FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DOS COOPERADOS

Artigo 7º. A **Cooperativa Central** tem como função social, dentre outras, promover em conjunto com as **Cooperativas Filiadas**, a união e o fortalecimento do cooperativismo de crédito na Região, através da prática sustentada pelos princípios e valores cooperativistas e da divulgação do cooperativismo, participando ativamente de eventos e realizando ações educativas, com o objetivo de desenvolver o espírito cooperativo.

Artigo 8º. A **Cooperativa Central** compromete-se a:

I – Desenvolver programas de integração e desenvolvimento de **Cooperados** a serem implantados nas **Cooperativas Filiadas**, com o objetivo de promover a integração, o desenvolvimento e a participação efetiva destes através da educação cooperativista, educação financeira, desenvolvimento de competências profissionais, qualidade de vida e responsabilidade social e ambiental.

Público-Alvo: Dirigentes e colaboradores das Cooperativas Central e Filiadas		Versão Nro: 13
Aprovado por: Conselho de Administração e Ratificado pela Assembleia Geral Ordinária	Data aprovação reunião: 26/11/2021	
Responsável pelo documento: Gerente Jurídico, Societário e Secretaria de Governança		

II – Desenvolver programas de formação e atualização de dirigentes, com o objetivo de promover a capacitação e o aperfeiçoamento dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, bem como da Diretoria Executiva, tanto da **Cooperativa Central** como das **Cooperativas Filiadas**, em conteúdos como Cooperativismo de Crédito, Atribuições e Responsabilidades dos Conselhos de Administração e Fiscal e da Diretoria Executiva, Contabilidade, Demonstrativos de Gestão e Controle, Desenvolvimento Social, Governança Cooperativa, Educação Cooperativista, entre outros;

III – Implementar canais adequados de comunicação visando garantir a transparência no processo de gestão da **Cooperativa Central** e das **Cooperativas Filiadas** e o bom funcionamento da organização do Quadro Social, utilizando, no mínimo, Assembleias Gerais, eventos educativos, informativos, sites, materiais de divulgação, relatórios anuais de prestação de contas padronizado, ouvidoria e serviços de orientação aos **Cooperados**.

§ 1º. A **Cooperativa Central** deverá implementar esforços junto às **Cooperativas Filiadas** no sentido de garantir que todo o **Cooperado** admitido tenha direito de participar de treinamento para novos **Cooperados**, o qual consiste em um evento de integração à **Cooperativa Filiada**, no qual são difundidos os conhecimentos básicos de cooperativismo.

§ 2º. Visando à constante renovação dos membros dos órgãos de administração e fiscalização e a garantia da sua sustentabilidade e continuidade de longo prazo, qualquer **Cooperado** interessado e/ou indicado para assumir posições junto aos Conselhos poderá a seu pedido, participar do programa mencionado no inciso II deste artigo.

Artigo 9º. Os recursos do Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES gerados pela **Cooperativa Central** e por suas **Cooperativas Filiadas**, devem ser aplicados para a formação e capacitação técnica e/ou sócio educacional dos **Cooperados** e seus familiares, e eventualmente dos dirigentes e dos **Colaboradores**, de acordo com o programa de aplicação aprovado pela Assembleia Geral.

CAPÍTULO III - DO QUADRO SOCIAL

Seção I – Das Condições básicas de Admissão

Artigo 10. O ingresso e permanência no Quadro Social da **Cooperativa Central** são livres, sendo que poderão ser admitidas e mantidas como **Cooperativas Filiadas** todas as Cooperativas de Crédito Singulares que atendam aos critérios estabelecidos nos arts. 8º e seguintes do Estatuto Social da **Cooperativa Central**, desde que preencham as condições complementares de admissão estabelecidas no presente Regimento Interno.

§ 1º. Para admissão de Cooperativa de Crédito Singular como **Cooperativa Filiada**, esta deverá manter uma estrutura de capital mínimo exigida e ser constituída de um número mínimo de sócios, conforme requisitos estabelecidos na legislação vigente, além de apresentar condições socioeconômicas adequadas, ter seu quadro de dirigentes composto por pessoas qualificadas e comprometidas com o desenvolvimento da cooperativa, e ainda, atender aos enquadramentos e limites estabelecidos através dos normativos do Banco Central do Brasil.

§ 2º. É facultado ao Conselho de Administração definir outros critérios para a admissão de novas **Cooperativas Filiadas**, além daqueles estabelecidos no Estatuto Social e no presente Regimento.

Público-Alvo: Dirigentes e colaboradores das Cooperativas Central e Filiadas		Versão Nro: 13
Aprovado por: Conselho de Administração e Ratificado pela Assembleia Geral Ordinária	Data aprovação reunião: 26/11/2021	
Responsável pelo documento: Gerente Jurídico, Societário e Secretaria de Governança		

Artigo 11. A solicitação de admissão de nova **Cooperativa Filiada** se dá por meio da apresentação de uma proposta de filiação ao Conselho de Administração da **Cooperativa Central**.

Artigo 12. Apresentada a proposta de filiação, conforme o previsto no artigo anterior, a Cooperativa interessada será objeto de fiscalização pela **Cooperativa Central**, através de seu corpo técnico e/ou terceirizado, cabendo a estes fazer a verificação dos requisitos exigidos para o seu ingresso no Quadro Social, elaborar um estudo de viabilidade técnica, administrativa, econômica e financeira, assim como, efetuar uma auditoria contábil, lavrando-se súmula qualitativa, em conformidade com os padrões adotados pela **Cooperativa Central**, que será levada à análise do Conselho de Administração e servirá de base para aprovação ou não do ingresso da Cooperativa.

Artigo 13. Preenchidos os critérios estabelecidos para a solicitação de admissão e baseado nas informações solicitadas e prestadas, no estudo de viabilidade e de auditoria, bem como nos relatórios e exposições complementares, deverá o Conselho de Administração, em sua primeira reunião subsequente, seja ela ordinária ou extraordinária, deliberar sobre o pedido, acatando-o ou rejeitando-o.

§ 1º. Para ser admitida como **Cooperativa Filiada**, a Cooperativa interessada deverá obter aprovação pela unanimidade dos membros do Conselho de Administração da **Cooperativa Central**.

§ 2º. O Conselho de Administração poderá recusar a admissão da Cooperativa interessada quando esta não atender aos requisitos básicos de ingresso e permanência no Quadro Social da **Cooperativa Central**.

§ 3º. Permanecendo dúvidas sobre a admissão, o Conselho de Administração poderá solicitar informações complementares, podendo prorrogar a deliberação para a reunião seguinte à data do fornecimento das referidas informações.

§ 4º. Quaisquer exceções deverão ser decididas pelo Conselho de Administração.

Artigo 14. Sendo a decisão pelo acatamento do pedido será expedida uma carta de confirmação à Cooperativa interessada, devendo esta convocar uma Assembleia Geral Extraordinária de seus **Cooperados** para autorização de filiação e adaptação de seu Estatuto Social, Regimento Interno e Política de Governança Cooperativa ao padrão do **Sistema Ailos**.

Artigo 15. Aprovada a filiação, tanto pela **Cooperativa Central** como pela Assembleia Geral da Cooperativa interessada, esta deverá assinar o documento de Matrícula junto à **Cooperativa Central**, assim como, subscrever e integralizar as quotas-partes do capital social na forma definida nos arts. 19 e seguintes do Estatuto Social e no presente Regimento Interno, para então adquirir todos os direitos e assumir todos os deveres e obrigações decorrentes de Lei, do Estatuto Social, deste Regimento Interno e das deliberações tomadas pela **Cooperativa Central**, passando a ser denominada **Cooperativa Filiada**.

§ 1º. Dentre os direitos mencionados no *caput* deste artigo, está o de utilizar a marca “**Ailos**” nos seus produtos e serviços, quando for o caso, e desde que disponibilizados e/ou aprovados pela **Cooperativa Central**, estando autorizada a **Cooperativa Filiada** inclusive a utilizar o termo “Filiada à Ailos”.

Público-Alvo: Dirigentes e colaboradores das Cooperativas Central e Filiadas		Versão Nro: 13
Aprovado por: Conselho de Administração e Ratificado pela Assembleia Geral Ordinária	Data aprovação reunião: 26/11/2021	
Responsável pelo documento: Gerente Jurídico, Societário e Secretaria de Governança		

§ 2º. Não obstante a autorização constante no § 1º do presente artigo fica expressamente vedada a utilização da marca “**Ailos**” na denominação social da **Cooperativa Filiada**.

§ 3º. Dentre as obrigações mencionadas no *caput* deste artigo, está a de aderir ao Convênio de Integração Operacional mantido pela **Cooperativa Central** com todas as **Cooperativas Filiadas**, que tem por objeto a centralização financeira das disponibilidades líquidas das **Cooperativas Filiadas**, a participação no Sistema de Pagamentos Brasileiro – SPB e no Sistema de Compensação de Cheques e Outros Papeis e o acesso a demais serviços, tudo conforme o previsto no art. 5º do Estatuto Social.

Artigo 16. Imediatamente após a aprovação e ingresso da nova Cooperativa, deverá ser elaborado e implementado, em conjunto com a **Cooperativa Central**, um plano de ação com a definição dos prazos para a execução da migração operacional.

Artigo 17. Sendo a decisão pelo indeferimento do pedido de filiação será expedida uma carta à Cooperativa interessada, comunicando-lhe a decisão do Conselho de Administração.

Seção II – Do Pedido de Demissão, Eliminação e Exclusão

Artigo 18. A **Cooperativa Filiada** poderá, a qualquer tempo, unilateralmente e sempre que lhe convier, desfiliar-se da **Cooperativa Central**, na forma do que estabelece o art. 15 do Estatuto Social e o presente Regimento Interno, desde que haja prévia deliberação de seus **Cooperados** em Assembleia Geral, nesse sentido.

Artigo 19. O pedido de demissão da **Cooperativa Filiada** não poderá ser negado mas, antes de efetivá-lo, poderá a **Cooperativa Central** argumentar junto ao Conselho de Administração da mesma, no sentido de que reconsidere o pedido formulado.

Artigo 20. O pedido de demissão deverá ser apresentado por escrito devidamente assinado pelo Presidente da **Cooperativa Filiada**, acompanhado de cópia integral e autêntica da ata da Assembleia Geral que o aprovou, Assembleia esta que deve ser realizada nos termos do disposto no art. 3º do Estatuto Social da **Cooperativa Central**, devendo ser dirigido ao Presidente do Conselho de Administração da **Cooperativa Central**, ao qual compete comunicar aos demais membros do Conselho de Administração em sua próxima reunião mensal.

Artigo 21. A **Cooperativa Filiada** tida como demissionária, eliminada ou excluída perderá o direito de operar com a **Cooperativa Central**, bem como de utilizar o nome ou fazer qualquer outra referência à marca “**Ailos**”, devendo ser encerradas todas as contas abertas em seu nome, bem como liquidadas antecipadamente todas as suas operações de créditos, eventuais pendências, serviços, obrigações, despesas ou quaisquer saldos negativos existentes junto à **Cooperativa Central**.

§ 1º. Por ocasião da entrega do pedido de demissão na **Cooperativa Central**, a Cooperativa desincorporada deverá devolver todos os documentos, credenciais e recursos técnicos necessários ao acesso das contas, bem como à utilização de quaisquer outros serviços prestados pela **Cooperativa Central**, os quais serão imediatamente inutilizados.

§ 2º. Deverá ainda a Cooperativa desincorporada efetuar o recolhimento e a inutilização de todos os cheques e cartões em poder dos seus **Cooperados**, que contenham a marca “**Ailos**”, devendo

Público-Alvo: Dirigentes e colaboradores das Cooperativas Central e Filiadas		Versão Nro: 13
Aprovado por: Conselho de Administração e Ratificado pela Assembleia Geral Ordinária	Data aprovação reunião: 26/11/2021	
Responsável pelo documento: Gerente Jurídico, Societário e Secretaria de Governança		

ser imediatamente cancelada a confecção de novos talonários ou cartões para Cooperados da Cooperativa desincorporada.

§ 3º. Todos os serviços disponibilizados pelo Convênio de Integração Operacional igualmente deverão ser encerrados, concluindo-se as operações já iniciadas, tais como, a compensação dos cheques já encaminhados, cheques pré-datados emitidos pelos **Cooperados** ou outros serviços prestados pela **Cooperativa Central**, por intermédio do referido convênio.

§ 4º. Serão apurados eventuais prejuízos causados à **Cooperativa Central** em face do desligamento da **Cooperativa Filiada**, responsabilizando-se inclusive seus dirigentes, na eventual falta de recursos para a sua reparação.

§ 5º. Também serão apurados todos os valores da Cooperativa desincorporada, centralizados e disponíveis na **Cooperativa Central**, sendo que, em havendo saldo positivo no confronto com as obrigações, este deverá ser transferido para a Cooperativa desincorporada, conforme o previsto no Estatuto Social, tendo-se por encerrado o processo com a liquidação total das pendências.

§ 6º. Excepcionalmente, nos casos de pedido de demissão, a Diretoria Executiva, em conjunto com a Cooperativa demissionária, ajustará e definirá a forma e os prazos para a liquidação antecipada das operações existentes.

Artigo 22. Diante da existência de processo administrativo em que o Conselho de Administração decida pela eliminação da **Cooperativa Filiada**, esta ficará obrigada a indenizar a Cooperativa Central no montante equivalente a 20% (vinte por cento) do valor total de suas quotas-partes subscritas.

Artigo 23. A Cooperativa demissionária continua responsável pelo pagamento do rateio das despesas, no mínimo, até o encerramento do exercício civil em que esta deixou de integrar o Quadro Social da **Cooperativa Central**, podendo este prazo ser majorado, a critério do Conselho de Administração, em função da necessidade de utilização da estrutura ou dos serviços oferecidos pela **Cooperativa Central** durante o processo de desligamento administrativo e operacional.

Artigo 24. Caso a Cooperativa demissionária, eliminada ou excluída tenha assumido obrigações em que a **Cooperativa Central** figure como garantidora ou avalista, esta deverá imediatamente ser substituída por outro interveniente garantidor, sob pena de vencimento antecipado da obrigação, com liquidação à vista e imediata.

Seção III – Do Processo Administrativo para Apuração de Responsabilidades, da Advertência Prévia, da Multa e da Eliminação

Artigo 25. Em caso de constatação de existência de infração de natureza grave, legal, estatutária, normativa ou relativa às determinações do Conselho de Administração ou da Assembleia Geral, praticada pela **Cooperativa Filiada**, ou ainda, em caso de conhecimento de ato ou fato atribuído à **Cooperativa Filiada** que possa configurar a existência de infração que coloque em risco a sua continuidade ou a continuidade do **Sistema Ailos**, a Diretoria Executiva, após comunicação ao Conselho de Administração, instaurará processo administrativo para apurar a responsabilidade, a intensidade do dolo ou grau da culpa no ato praticado, observado o estabelecido nos arts. 16 seguintes do Estatuto Social.

Público-Alvo: Dirigentes e colaboradores das Cooperativas Central e Filiadas		Versão Nro: 13
Aprovado por: Conselho de Administração e Ratificado pela Assembleia Geral Ordinária	Data aprovação reunião: 26/11/2021	
Responsável pelo documento: Gerente Jurídico, Societário e Secretaria de Governança		

§ 1º. Aberto o processo, o Diretor Executivo, ou seu substituto legal, em caso de impedimento, terá o prazo de 15 (quinze) dias úteis, prorrogáveis uma vez por igual período, para concluir a sindicância e apresentar parecer, devendo a Diretoria Executiva, por maioria de votos, decidir pelo arquivamento ou não do processo.

§ 2º. A instauração do processo administrativo deverá ser devidamente registrada na ata da reunião da Diretoria Executiva em que for deliberada, bem como comunicada ao Conselho de Administração.

Artigo 26. Comprovada a existência de infração a Diretoria Executiva notificará formalmente a **Cooperativa Filiada** para apresentar razões de defesa no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento da referida notificação, sob pena de revelia, sendo que, decorrido o referido prazo, o processo será encaminhado ao Conselho de Administração para análise e julgamento.

§ 1º. Na notificação constará ainda o resumo dos fatos ou atos praticados, bem como a data e a hora da reunião do Conselho de Administração na qual será deliberado sobre o julgamento do processo.

§ 2º. Compreende-se como defesa, a resposta por escrito das razões dos atos praticados, juntada de provas documentais e indicação de testemunhas, com vistas à elucidação dos fatos.

Artigo 27. O Conselho de Administração, na data marcada, não havendo necessidade de mais diligências, deverá proferir decisão devidamente fundamentada, com base no nível da gravidade da infração, que será tomada por votação aberta, por maioria de 2/3 (dois terços) dos seus membros.

Parágrafo único. O teor da decisão deverá ser registrado em ata e no documento de Matrícula, devendo ser assinado por todos os membros do Conselho de Administração, assim como comunicado formalmente ao Presidente do Conselho de Administração da **Cooperativa Filiada** infratora no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da data em que for proferida.

Artigo 28. A decisão de que trata o artigo anterior poderá consistir numa advertência formal, na aplicação de multa pecuniária, na forma do art. 5º do presente Regimento Interno, na eliminação da **Cooperativa Filiada** ou em quaisquer das restrições previstas no art. 5º, § 2º do Estatuto Social da **Cooperativa Central**, de acordo com a gravidade da infração.

Artigo 29. Da decisão de eliminação proferida pelo Conselho de Administração cabe recurso, com efeito suspensivo, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da notificação, dirigido ao próprio Conselho de Administração, que poderá ratificar ou reformar a decisão de eliminação, obedecidos os mesmos critérios e procedimentos constantes nesta Seção para a deliberação.

Artigo 30. Caso indeferido o recurso pelo Conselho de Administração, a **Cooperativa Filiada** poderá interpor novo recurso, com efeito suspensivo, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da notificação de indeferimento do recurso, dirigido à Assembleia Geral.

§ 1º. O julgamento do recurso deverá constar no edital de convocação da Assembleia Geral como primeiro item da ordem do dia.

Público-Alvo: Dirigentes e colaboradores das Cooperativas Central e Filiadas		Versão Nro: 13
Aprovado por: Conselho de Administração e Ratificado pela Assembleia Geral Ordinária	Data aprovação reunião: 26/11/2021	
Responsável pelo documento: Gerente Jurídico, Societário e Secretaria de Governança		

§ 2º. Ao anunciar o julgamento do recurso, o Presidente do Conselho de Administração, na condição de Presidente da Mesa, ou o substituto legal deste, apresentará um relatório dos fatos para conhecimento do plenário.

§ 3º. Após a leitura do relatório, qualquer participante da Assembleia Geral poderá solicitar esclarecimentos, sendo que, após prestados os esclarecimentos solicitados, será dada a palavra à **Cooperativa Filiada** recorrente que terá 10 (dez) minutos, a juízo da mesa diretora, para sustentação oral de seu recurso, não sendo admitida nesta fase a produção de novas provas.

§ 4º. Concluída a defesa será procedida à votação, que em regra será aberta, mas a Assembleia poderá optar pelo voto secreto, sendo que em ambos os casos, a apuração dos votos e divulgação do resultado será feita imediatamente após a votação.

§ 5º. Para provimento do mencionado recurso são necessários os votos de 2/3 (dois terços) das **Cooperativas Filiadas** presentes, sendo esta decisão irrecorrível, não sujeita a pedido de reconsideração ou renovação da votação.

Seção IV – Dos Planos de Recuperação e Saneamento e do Sistema de Administração em Regime de Cogestão

Artigo 31. Toda vez que forem constatados e confirmados a ocorrência de fatos relevantes ou indícios de risco de liquidez ou insolvência de **Cooperativa Filiada**, ou ainda, se os procedimentos adotados pelas **Cooperativas Filiadas** estiverem em desacordo com as normas de segurança econômica e financeira estabelecidas pela **Cooperativa Central**, pelo Banco Central do Brasil e demais órgãos fiscalizadores, cabe ao Presidente do Conselho de Administração da **Cooperativa Central** proceder à convocação dos dirigentes da **Cooperativa Filiada** para uma reunião, a fim de estabelecer as diretrizes para elaboração de Plano de Recuperação e Saneamento a ser implementado pelos dirigentes da própria Cooperativa Filiada.

Parágrafo único. A implementação do Plano de Recuperação e Saneamento exigirá a formalização de Termo de Compromisso por parte da Cooperativa Filiada para monitoramento e homologação dos atos da gestão no período de recuperação, a ser feito por profissional indicado pela Cooperativa Central, ao qual devem ser conferidos os necessários poderes e asseguradas plenas condições de trabalho.

Artigo 32. Caso seja constatado que o Plano de Recuperação e Saneamento não surtiu os efeitos necessários, em caso de infrações de natureza grave que coloquem em risco a continuidade da **Cooperativa Filiada** ou do **Sistema Ailos**, o Conselho de Administração da **Cooperativa Central** exigirá da **Cooperativa Filiada**, conforme o art. 5º, XI do Estatuto Social, a implantação, em caráter temporário, de sistema de administração em regime de cogestão pela **Cooperativa Filiada** e pela **Cooperativa Central**.

§ 1º. A implantação do sistema de administração em regime de cogestão deverá ser formalizada por meio de Convênio entre a **Cooperativa Filiada** e a **Cooperativa Central**, no qual constarão as diretrizes de atuação, monitoramento e homologação dos atos, durante o período de cogestão.

§ 2º. O convênio mencionado no parágrafo primeiro do presente artigo deverá ser referendado pela Assembleia Geral da **Cooperativa Filiada** imediatamente subsequente à implantação do

Público-Alvo: Dirigentes e colaboradores das Cooperativas Central e Filiadas		Versão Nro: 13
Aprovado por: Conselho de Administração e Ratificado pela Assembleia Geral Ordinária	Data aprovação reunião: 26/11/2021	
Responsável pelo documento: Gerente Jurídico, Societário e Secretaria de Governança		

regime de cogestão, regime este que deverá ser acompanhado por profissional indicado pela **Cooperativa Central**.

§ 3º. O profissional indicado deverá ser técnico do quadro de pessoal da **Cooperativa Central** e/ou contratado com formação adequada para acompanhar e participar, de forma conjunta com os dirigentes da **Cooperativa Filiada**, das principais diretrizes e definições de atividades a serem implementadas para a recuperação da **Cooperativa Filiada**, permanecendo até a sua efetiva recuperação, fusão, incorporação ou liquidação extrajudicial.

§ 4º. Compete à **Cooperativa Central** a comunicação ao Banco Central do Brasil da decisão de implantação do sistema de administração em regime de cogestão, assim como lhe compete a remessa de relatórios de acompanhamento, se assim exigidos, além da informação do encerramento do regime em face da recuperação, desfiliação ou liquidação da **Cooperativa Filiada**.

CAPÍTULO IV - DO CAPITAL SOCIAL

Seção I – Do Capital de Ingresso e Permanência

Artigo 33. A **Cooperativa Filiada**, para fins de ingresso e permanência na **Cooperativa Central**, deverá observar os limites mínimos de integralização de quotas-partes do capital social, nos termos do estabelecido nos arts. 19 e seguintes do Estatuto Social.

Artigo 34. A subscrição, transferência ou restituição das quotas-partes serão sempre escrituradas no Livro ou Ficha de Matrícula, e/ou controladas em sistema eletrônico de dados e nos extratos de quotas-partes de participação de cada **Cooperativa Filiada**.

Parágrafo único. A transferência de quotas-partes mencionada no caput deste artigo dar-se-á somente nos casos de fusão, incorporação ou desmembramento, desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral da **Cooperativa Filiada** e pelo Conselho de Administração da **Cooperativa Central**, devendo ser escriturada no Livro de Matrícula, mediante termo que conterá assinaturas dos representantes legais da cedente, da cessionária e da **Cooperativa Central**.

Artigo 35. As quotas-partes, para fins de lastro das operações, sempre responderão como garantia pelos compromissos ou outras obrigações assumidas pela **Cooperativa Filiada** junto à **Cooperativa Central**, por operações diretas ou a favor de terceiros, na condição de Fiador ou Avalista.

Seção II – Da Retirada ou Restituição do Capital Social, Juros e Sobras

Artigo 36. O direito à restituição do capital social é personalíssimo, devendo ser respeitadas as disposições contidas nos arts. 22 e seguintes do Estatuto Social e no presente Regimento Interno, sendo vedada alienação, penhora, cessão ou transferência, exceto nos casos previstos no art. 34, parágrafo único do presente Regimento ou quando for em favor da própria **Cooperativa Central**, para honrar ou compensar compromissos ou outras obrigações assumidas em seu nome e ainda as assumidas mediante terceiros com a corresponsabilidade da **Cooperativa Central** ou na hipótese prevista na Seção anterior do presente Regimento.

Artigo 37. Em quaisquer hipóteses de resgates eventuais de quotas-partes do capital social deverá a **Cooperativa Central** observar os limites estabelecidos pela regulamentação em vigor e a integridade do capital e do patrimônio líquido, cujos recursos devem permanecer por prazo suficiente para refletir a estabilidade inerente à sua natureza de capital fixo.

Público-Alvo: Dirigentes e colaboradores das Cooperativas Central e Filiadas		Versão Nro: 13
Aprovado por: Conselho de Administração e Ratificado pela Assembleia Geral Ordinária	Data aprovação reunião: 26/11/2021	
Responsável pelo documento: Gerente Jurídico, Societário e Secretaria de Governança		

Parágrafo único. Tendo em vista o previsto no *caput* do presente artigo, quaisquer fatos relevantes que possam ameaçar a estabilidade econômica ou financeira da **Cooperativa Central**, autorizam esta a restituir os valores de capital das **Cooperativas Filiadas** retirantes em prazo maior àqueles estabelecidos no Estatuto Social, mediante critérios que resguardem a sua continuidade, autorizando até mesmo a sua suspensão, até que a situação seja normalizada.

Artigo 38. No caso do parcelamento, aprovado o balanço do exercício em que a **Cooperativa Filiada** tenha sido desligada da **Cooperativa Central**, o Conselho de Administração expedir-lhe-á comunicação por escrito, fixando as datas de vencimento das restituições de quotas-partes do capital.

Artigo 39. A extinção da **Cooperativa Filiada**, na condição de pessoa jurídica credora, no curso da restituição, não implicará em antecipação dos pagamentos.

CAPÍTULO V - DA ASSEMBLEIA GERAL

Artigo 40. A Assembleia Geral, que pode ser Ordinária ou Extraordinária está regulada nos arts. 25 e seguintes do Estatuto Social, bem como no Manual de Boas Práticas para Assembleias Gerais.

Artigo 41. Para todas as Assembleias Gerais Ordinárias ou Extraordinárias, a publicação do edital de convocação será feita com antecedência mínima de 20 (vinte) dias.

Artigo 42. Deverão ser disponibilizadas às Cooperativas Filiadas, com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data da realização da Assembleia Geral, as seguintes informações:

I – Em caso de Assembleia Geral Ordinária:

a) os cargos a serem preenchidos por eleição.

II – Em caso de Assembleia Geral Extraordinária:

a) os artigos do Estatuto Social a serem reformados, acompanhados das propostas das mudanças e das respectivas justificativas;

b) as propostas de fusão, incorporação ou desmembramento, com as razões que as justifiquem;

c) a proposta de mudança do objeto da sociedade e sua justificativa;

d) a proposta de dissolução voluntária acompanhada de pareceres jurídico e técnico, aprovados pelo Conselho de Administração;

e) as contas do(s) liquidante(s) e o parecer do Conselho Fiscal da liquidação.

Artigo 43. Cada **Cooperativa Filiada** é representada por um único Delegado com direito a voto, sendo este o Presidente do Conselho de Administração, ou seu substituto em exercício.

§ 1º. Na impossibilidade ou impedimento de comparecimento do Delegado nato, a **Cooperativa Filiada** poderá indicar outro Delegado, na forma dos seus Estatutos, o qual deverá ser credenciado pelo Conselho de Administração para representá-la, não sendo admitido o credenciamento de Delegado com poderes limitados.

§ 2º. No caso do disposto no § 1º deste artigo, a **Cooperativa Filiada** deverá apresentar à Comissão Eleitoral até o momento da abertura da Assembleia Geral, Termo de Credenciamento de Delegado, contendo a qualificação da **Cooperativa Filiada**, do Delegado indicado e a assinatura do seu Presidente ou do seu substituto legal, devendo estar acompanhado da cópia autêntica e integral da ata da reunião do Conselho que o escolheu.

Público-Alvo: Dirigentes e colaboradores das Cooperativas Central e Filiadas		Versão Nro: 13
Aprovado por: Conselho de Administração e Ratificado pela Assembleia Geral Ordinária	Data aprovação reunião: 26/11/2021	
Responsável pelo documento: Gerente Jurídico, Societário e Secretaria de Governança		

§ 3º. Somente poderão ser indicados Delegados que tenham sólidos conhecimentos das atividades da **Cooperativa Filiada** que representam e que estejam devidamente autorizados a representá-la, em conformidade com o Estatuto Social da **Cooperativa Central** e com o presente Regimento Interno.

Artigo 44. O Delegado da **Cooperativa Filiada** poderá fazer-se acompanhar de, no máximo, 02 (dois) assessores técnicos, aos quais será vedado o direito de voz e de voto, salvo o de voz, quando autorizado pelo Presidente da Assembleia.

Artigo 45. Compete ao Secretário do Conselho de Administração redigir a ata dos trabalhos e registrar todos os fatos ocorridos durante a Assembleia Geral. Contudo, se a Assembleia Geral estiver sendo presidida por este, na ausência justificada ou por impedimento do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho de Administração, as funções do mesmo passarão a qualquer conselheiro presente à Assembleia, e na ausência deste, a qualquer Delegado, com a devida concordância por maioria absoluta dos presentes.

Artigo 46. Para efeitos de verificação do *quorum* para a realização da Assembleia Geral, a cada convocação, será apurada a quantidade de assinaturas lançadas no(s) Livro(s) ou na(s) Ficha(s) de Presenças às Assembleias Gerais.

§ 1º. O(s) Livro(s) ou Ficha(s) de Presenças às Assembleias Gerais deverá(ão) ser disponibilizado(s), no mínimo, 1 (uma) hora antes do início da Assembleia Geral para que possa ser iniciada a coleta das assinaturas dos presentes.

§ 2º. Iniciado o processo de votação sobre quaisquer assuntos constantes na ordem do dia da Assembleia Geral, o(s) Livro(s) ou a(s) Ficha(s) de Presenças às Assembleias Gerais deverá(ão) ser recolhido(s) e entregue(s) junto à mesa diretiva da Assembleia.

Artigo 47. No edital de convocação da Assembleia Geral Ordinária, deverão constar, além das informações relacionadas no art. 26 do Estatuto Social, a forma de divulgação às **Cooperativas Filiadas** das demonstrações financeiras de encerramento do exercício e do respectivo parecer de auditoria.

Parágrafo único. A realização da Assembleia Geral Ordinária deverá respeitar um período mínimo de 10 (dez) dias após a divulgação das demonstrações financeiras de encerramento do exercício e do respectivo parecer de auditoria mencionados no *caput* deste artigo.

Artigo 48. A forma de condução das Assembleias Gerais, em especial quanto ao modelo de prestação de contas e às deliberações a serem submetidas à aprovação, deverão observar o disposto no Manual de Boas Práticas para Assembleias Gerais.

CAPÍTULO VI - DO PROCESSO ELEITORAL

Artigo 49. O conjunto de atos e procedimentos praticados para a eleição dos componentes dos órgãos sociais da **Cooperativa Central** denomina-se processo eleitoral.

Artigo 50. O processo eleitoral, observado os arts. 36 e seguintes do Estatuto Social será integralmente conduzido pela Comissão Eleitoral, a qual possui atribuições e responsabilidades previstas no Estatuto Social e neste Regimento.

Público-Alvo: Dirigentes e colaboradores das Cooperativas Central e Filiadas		Versão Nro: 13
Aprovado por: Conselho de Administração e Ratificado pela Assembleia Geral Ordinária	Data aprovação reunião: 26/11/2021	
Responsável pelo documento: Gerente Jurídico, Societário e Secretaria de Governança		

Parágrafo único. A Comissão Eleitoral deverá observar e respeitar, na condução do processo eleitoral, todas as disposições legais, estatutárias e regimentais, e ainda, as determinações emanadas da **Cooperativa Central**.

Artigo 51. Os integrantes da Comissão Eleitoral, uma vez aceitas as atribuições inerentes, deverão exercer as suas funções com presteza, imparcialidade e transparência, sendo que, se assim não agirem, poderão ser sumariamente afastados da incumbência pelo Conselho de Administração ou pela Assembleia Geral, ou ainda, a pedido de qualquer **Cooperativa Filiada**, desde que o pedido seja fundamentado e dirigido ao Conselho de Administração.

Artigo 52. As eleições para o exercício de cargos nos órgãos estatutários serão realizadas durante as Assembleias Gerais da **Cooperativa Central** e ocorrerão nos seguintes casos:

I – encerramento do prazo de vigência do mandato dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal;

II – preenchimento de vagas em aberto nos Conselhos de Administração e/ou Fiscal.

Artigo 53. É detentora do direito de votar, por meio de Delegado, sendo considerada, portanto, eleitora, toda a **Cooperativa Filiada** regularmente inscrita, em pleno gozo de seus direitos, e em dia com seus deveres e obrigações sociais, desde que não esteja sofrendo qualquer procedimento de exclusão do Quadro Social, e ressalvadas as restrições estabelecidas no Estatuto Social e no presente Regimento Interno.

Artigo 54. A **Cooperativa Filiada** regularmente inscrita, em pleno gozo de seus direitos e em dia com suas obrigações sociais, tem direito a indicar seus representantes para concorrer aos cargos eletivos na **Cooperativa Central**, desde que não esteja sofrendo qualquer procedimento de exclusão do Quadro Social, e ressalvadas as restrições estabelecidas no Estatuto Social e no presente Regimento Interno.

Parágrafo único. De acordo com a legislação vigente, só podem ser eleitas para os cargos estatutários da **Cooperativa Central**, pessoas físicas associadas à **Cooperativa Filiada**, não sendo admitida, portanto, a eleição de representante de pessoa jurídica integrante do Quadro Social, exceto nos casos em que o referido representante, na qualidade de pessoa física, também figure como **Cooperado** da **Cooperativa Filiada**.

Seção I – Do Concurso de Funções e dos Cargos Eletivos

Artigo 55. As eleições para o exercício de cargos nos Conselhos de Administração e Fiscal requerem a indicação de 02 (dois) representantes de cada **Cooperativa Filiada**, sendo 01 (um) para concorrer às eleições do Conselho de Administração e 01 (um) para concorrer às eleições do Conselho Fiscal, indicações estas que serão registradas na **Cooperativa Central** por meio de Requerimento de Inscrição de Candidato, observado o previsto no Estatuto Social.

Parágrafo único. Para possibilitar a análise curricular dos candidatos, as indicações referenciadas no *caput* deste artigo devem ser feitas até 30 (trinta) de novembro do ano imediatamente anterior ao da realização da Assembleia Geral de eleição, mediante aprovação e registro dos nomes na ata do Conselho de Administração da **Cooperativa Filiada**.

Artigo 56. Os candidatos devem fazer sua inscrição na sede da Cooperativa Central no horário de funcionamento desta, até 05 (cinco) dias corridos, contados a partir da data da publicação do

Público-Alvo: Dirigentes e colaboradores das Cooperativas Central e Filiadas		Versão Nro: 13
Aprovado por: Conselho de Administração e Ratificado pela Assembleia Geral Ordinária	Data aprovação reunião: 26/11/2021	
Responsável pelo documento: Gerente Jurídico, Societário e Secretaria de Governança		

edital de convocação para Assembleia Geral de eleição, sendo que os referidos candidatos, por ocasião do registro na **Cooperativa Central**, serão identificados por números, de acordo com a ordem cronológica em que forem inscritos.

Parágrafo único. Realizadas as inscrições mencionadas no *caput* deste artigo, a relação dos candidatos será imediatamente comunicada a todas as **Cooperativas Filiadas**.

Artigo 57. O Requerimento de Inscrição de Candidato deverá conter a indicação das seguintes informações:

- I – Nome completo;
- II – Número de CPF e RG;
- III – Número de Conta Corrente;
- IV – Nome da Cooperativa Filiada na qual figura como Cooperado.

§ 1º. Para a efetivação do registro dos candidatos na **Cooperativa Central**, além do Requerimento de Inscrição de Candidato, deverão ser entregues os seguintes documentos comprobatórios das condições de elegibilidade:

- I – Declaração individual de que não é parente até 2º (segundo) grau em linha reta ou colateral de qualquer candidato ou membro do Conselho de Administração e Conselho Fiscal;
- II – Declarações e Autorizações exigidas pelos órgãos regulamentadores e de registro, bem como autorização para consultas aos órgãos de proteção ao crédito e demais que se fizerem necessários, tudo nos padrões dos modelos disponibilizados pela **Cooperativa Central**;
- III – Certidões negativas atualizadas abrangendo os últimos 5 (cinco) anos, de todos os Cartórios de Protestos, Distribuidores Judiciais Cíveis, Criminais e da Justiça Federal das Comarcas da sede da **Cooperativa Central**, bem como da Comarca de residência do candidato;
- IV – Cópia da declaração de imposto de renda.

§ 2º. Além dos documentos relacionados nos artigos anteriores, os candidatos ao Conselho de Administração e Diretoria Executiva deverão apresentar:

- I – *Curriculum vitae*, nos padrões do modelo disponibilizado pela **Cooperativa Central**;
- II – Cópia autenticada da carteira de identidade e CPF, sendo que os candidatos aos cargos de Presidente, Vice-Presidente e Secretário deverão apresentar ainda, cópia autenticada da certidão de casamento e comprovante de residência;
- III – Declaração, de que se eleito for, assumirá todas as garantias pessoais prestadas pelos dirigentes anteriores em operações vigentes contraídas pela **Cooperativa Central**, inclusive os avais e fianças pendentes de liquidação por ocasião da transmissão dos cargos.

§ 3º. Para fins de cumprimento da regra estabelecida no § 2º, inciso III deste artigo, a **Cooperativa Central** fornecerá, sempre que solicitado pelo candidato, relação dos avais e fianças pendentes.

Artigo 58. Os candidatos aos cargos nos órgãos estatutários da **Cooperativa Central**, além dos demais requisitos estabelecidos no presente Regimento Interno, devem estar habilitados para o exercício do cargo, nos termos do que dispõe o Estatuto Social, a legislação civil e do Sistema

Público-Alvo: Dirigentes e colaboradores das Cooperativas Central e Filiadas		Versão Nro: 13
Aprovado por: Conselho de Administração e Ratificado pela Assembleia Geral Ordinária	Data aprovação reunião: 26/11/2021	
Responsável pelo documento: Gerente Jurídico, Societário e Secretaria de Governança		

Financeiro Nacional e as determinações do Banco Central do Brasil, observadas as seguintes exigências:

I – Estar em dia com seus deveres e obrigações sociais junto à **Cooperativa Filiada** que representam, na data da respectiva inscrição;

II – Não ter sido condenado por crimes relacionados à lavagem de dinheiro ou financiamento do terrorismo, nos termos do disposto na Política de Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro e Financiamento do Terrorismo;

III – Ter curso superior ou técnico em nível de 2º (segundo) grau;

IV – Ter participado de Curso de Formação de Dirigentes, promovido pela **Cooperativa Central** ou por órgãos oficiais do cooperativismo, ou ter experiência comprovada como dirigente cooperativo;

V – Exercer ou ter exercido cargo de Conselheiro de Administração na **Cooperativa Filiada** que representam, no caso dos candidatos ao cargo de Conselheiro de Administração, observado o disposto no art. 39, § 1º do Estatuto Social da **Cooperativa Central**;

VI – No caso de candidato ao cargo de Conselheiro Fiscal, exercer ou ter exercido cargo de Conselheiro de Administração e/ou Fiscal na **Cooperativa Filiada** que representa, podendo, excepcionalmente, a **Cooperativa Filiada** decidir indicar outro **Cooperado**, desde que este comprove experiência em administração de cooperativa de crédito por período igual ou superior a 1 (um) ano;

Parágrafo único. Para fins do disposto no inciso IV do presente artigo, os candidatos que ainda não tenham comprovadamente participado do Curso de Formação de Dirigentes ou experiência em participação como dirigente de Cooperativa de Crédito, depois de eleitos deverão participar do referido curso, tão logo este seja disponibilizado pela **Cooperativa Filiada** ou pela **Cooperativa Central**.

Artigo 59. Caso algum candidato não atenda um dos requisitos obrigatórios estabelecidos no presente Regimento Interno e no Estatuto Social caberá à Comissão Eleitoral definir ou não a homologação do nome do candidato que apresentou a irregularidade, podendo solicitar para a tomada de decisão, um parecer a ser emitido pela **Cooperativa Central**.

Artigo 60. Qualquer irregularidade cadastral dos eleitos preexistente à respectiva eleição, omissão ou falsidade nas declarações ou nos documentos apresentados implicará, tão logo seja constatada, no afastamento do respectivo membro, do cargo por ele até então exercido, e na imediata abertura de inquérito administrativo interno para apuração dos fatos.

Parágrafo único. Caso seja comprovada a ocorrência de alguma das situações arroladas no *caput* deste artigo será procedido ao afastamento definitivo do respectivo membro do cargo por ele até então exercido, o qual ficará obrigado a reparar as perdas e danos causados à **Cooperativa Central**, em decorrência do ato praticado.

Público-Alvo: Dirigentes e colaboradores das Cooperativas Central e Filiadas		Versão Nro: 13
Aprovado por: Conselho de Administração e Ratificado pela Assembleia Geral Ordinária	Data aprovação reunião: 26/11/2021	
Responsável pelo documento: Gerente Jurídico, Societário e Secretaria de Governança		

Seção II – Da Verificação das Condições da Elegibilidade, da Existência de Impedimento e da Substituição de Candidatos

Artigo 61. Respeitadas as disposições contidas nos arts. 36 e seguintes do Estatuto Social, em até 02 (dois) dias úteis após o encerramento do prazo para as inscrições dos candidatos, a Comissão Eleitoral verificará as condições de elegibilidade de cada candidato inscrito e, em havendo algum impedimento, o comunicará por escrito à **Cooperativa Filiada**.

§ 1º. Na comunicação mencionada no *caput* deste artigo deverão constar os dados necessários à identificação do candidato impedido, o tipo de impedimento existente e o prazo para saneamento do mesmo, o qual será de, no máximo, 02 (dois) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação.

§ 2º. Caso o impedimento constitua hipótese de inelegibilidade, por não ser suscetível de saneamento, a comunicação referida no *caput* deste artigo informará a concessão do prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação, para a substituição do candidato inelegível.

Artigo 62. Somente será admitido o saneamento de irregularidades, a substituição do candidato ou a complementação de documentação, em decorrência de determinação da Comissão Eleitoral e, dentro dos prazos por esta determinados.

Parágrafo único. Caso ocorram outras irregularidades em decorrência da inclusão de novos candidatos em substituição àqueles impedidos ou inelegíveis, não serão permitidas novas substituições ou apresentação de documentos, ficando a **Cooperativa Filiada** impedida de participar das eleições.

Artigo 63. Cada **Cooperativa Filiada** terá direito de indicar um fiscal para acompanhar os atos de eleição, tanto do Conselho de Administração, como do Conselho Fiscal.

Artigo 64. Em não havendo candidatos inscritos no prazo legal estabelecido pelo presente Regimento Interno, para possibilitar a realização de eleições, poderá a Comissão Eleitoral aceitar inscrição de candidatos fora do prazo, porém sempre condicionada ao fornecimento da documentação individualizada exigida para o exercício do cargo.

Artigo 65. Em não havendo número mínimo de candidatos inscritos até a abertura da Assembleia Geral em que houver eleições, a própria Assembleia Geral poderá indicar candidatos para concorrerem às eleições.

Parágrafo único. Os candidatos eleitos na forma prevista no *caput* deste artigo deverão preencher os requisitos para o cargo, nos termos do estabelecido no presente Regimento Interno e no Estatuto Social, e no prazo de 05 (cinco) dias corridos contados da data da eleição, fornecer toda a documentação necessária, descrita no presente Regimento Interno, de acordo com o cargo que venham a ocupar.

Seção III - Da Votação

Artigo 66. Caberá à Comissão Eleitoral, durante a Assembleia Geral em que houver eleições, organizar todo processo de votação e providenciar todos os documentos necessários, conforme a legislação em vigor e em conformidade com o presente Regimento Interno e Estatuto Social.

Público-Alvo: Dirigentes e colaboradores das Cooperativas Central e Filiadas		Versão Nro: 13
Aprovado por: Conselho de Administração e Ratificado pela Assembleia Geral Ordinária	Data aprovação reunião: 26/11/2021	
Responsável pelo documento: Gerente Jurídico, Societário e Secretaria de Governança		

Artigo 67. Após anunciada pelo Presidente da mesa a abertura da sessão de votação cabe à Comissão Eleitoral, na pessoa do seu Coordenador, dirigir os procedimentos eleitorais.

Artigo 68. A Comissão Eleitoral deverá, inicialmente, colher a assinatura dos Delegados credenciados em lista especial de presenças previamente elaborada, verificando, a cada caso, a regularidade do credenciamento para verificação do *quorum* legal para realização da votação.

Artigo 69. Ao anunciar a existência de *quorum*, o Coordenador da Comissão Eleitoral declarará aberta a sessão de votação.

Seção IV – Da Votação para o Conselho de Administração

Artigo 70. Conforme o art. 38 do Estatuto Social, o Conselho de Administração será formado por um colegiado com 01 (um) representante de cada **Cooperativa Filiada**, razão pela qual para a eleição dos seus membros será feita a leitura nominativa dos candidatos indicados e não sendo apresentadas restrições ou discordâncias por quaisquer das **Cooperativas Filiadas**, a votação deverá ser por aclamação.

Artigo 71. Em caso de discordância apresentada por qualquer uma das **Cooperativas Filiadas** em relação a um ou mais nomes concorrentes, este(s) nome(s) deverá(ão) ser levados à votação nominativa, individualizada e aberta.

§ 1º. Caso o candidato votado na forma prevista no *caput* do presente artigo não obtenha a maioria simples de votos, a Assembleia poderá ser suspensa por até 10 (dez) dias, a critério do seu Presidente, a fim de que a **Cooperativa Filiada** possa promover a substituição do candidato.

§ 2º. Na falta de substituição do candidato, nos termos do previsto no § 1º deste artigo, a **Cooperativa Filiada** ficará sem representação com direito a voto no Conselho de Administração até a próxima Assembleia Geral Ordinária, sendo que o Conselho de Administração poderá, a seu critério, convocar Assembleia Geral Extraordinária para esse fim.

Seção V – Da Votação para o Conselho Fiscal

Artigo 72. Nos casos em que houver inscrição de somente 01 (um) candidato por vaga ao Conselho Fiscal, a votação deverá ser por aclamação.

Artigo 73. Caso estejam concorrendo 2 (dois) ou mais candidatos para uma vaga, e desde que haja decisão da Assembleia Geral pelo voto secreto, o voto se dará por meio de cédulas eleitorais.

§ 1º. No caso do disposto no *caput* deste artigo, concluída a votação, o Coordenador Eleitoral, juntamente com os demais membros da Comissão, na presença dos fiscais devidamente habilitados para acompanhar o processo eleitoral, apurarão a contagem dos votos.

§ 2º. Serão considerados eleitos os 06 (seis) representantes com maior número de votos, sendo os 03 (três) candidatos mais votados eleitos como Conselheiros Efetivos e os 03 (três) candidatos subsequentes em número de votos, eleitos como Conselheiros Suplentes.

§ 3º. Para fins de cumprimento da renovação mínima obrigatória do Conselho Fiscal a cada eleição, conforme o previsto no art. 51, § 4º do Estatuto Social, devem ser eleitos, pelo menos 1 (um) membro efetivo e 1 (um) membro suplente representantes de **Cooperativas Filiadas** que não tenham integrado o Conselho Fiscal que está sendo renovado. Em não ocorrendo a renovação mínima, o candidato com menor número de votos dentre os efetivos ou suplentes, conforme o

Público-Alvo: Dirigentes e colaboradores das Cooperativas Central e Filiadas		Versão Nro: 13
Aprovado por: Conselho de Administração e Ratificado pela Assembleia Geral Ordinária	Data aprovação reunião: 26/11/2021	
Responsável pelo documento: Gerente Jurídico, Societário e Secretaria de Governança		

caso, deverá ser substituído pelo candidato subsequente em número de votos que preencher o critério de renovação mínima, o qual será proclamado eleito.

§ 4º. Em caso de empate entre os candidatos será proclamado vencedor aquele que representar a **Cooperativa Filiada** cujo número de **Cooperados**, apurado na data da respectiva Assembleia Geral, for maior.

Artigo 74. O Coordenador Eleitoral comunicará ao Secretário da Assembleia o resultado da votação, que será transcrito e inserido na Ata da Assembleia Geral.

Seção VI – Das Impugnações e dos Recursos

Artigo 75. Só serão permitidas impugnações aos nomes dos candidatos aos cargos do Conselho de Administração e Conselho Fiscal se apresentadas por escrito, subscrita pelo Presidente ou alternativamente por 3 (três) membros do Conselho de Administração ou do Conselho Fiscal da **Cooperativa Filiada** impugnante, no prazo de 10 (dez) dias corridos contados a partir da publicação do edital de convocação, e desde que observados os preceitos contidos no presente Regimento Interno e no Estatuto Social.

Parágrafo único. Nenhuma impugnação será admitida e recebida pela Comissão Eleitoral se não estiver acompanhada de justificativa com a indicação precisa dos dispositivos estatutários ou regimentais pertinentes.

Artigo 76. Todas as impugnações serão dirigidas à Comissão Eleitoral, e das decisões proferidas pela mesma, caberá em última instância administrativa, recurso para a Assembleia Geral.

Parágrafo único. Os recursos contra as decisões da Comissão Eleitoral devem ser apresentados por escrito até 48h00min (quarenta e oito horas) contados da data da ciência da decisão, sempre dirigidos à Assembleia Geral.

CAPÍTULO VII - DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Seção I - Estrutura Administrativa

Artigo 77. A **Cooperativa Central** tem como finalidade, de acordo com seus objetivos sociais, o atendimento, apoio e assessoramento das suas **Cooperativas Filiadas**, na forma do estabelecido no Estatuto Social, possuindo, para tanto, a seguinte estrutura organizacional:

I – Conselho de Administração;

II – Conselho Fiscal;

III – Diretoria Executiva;

IV – Quadro Funcional.

Artigo 78. A Conselho de Administração, para complementar sua estrutura administrativa, poderá criar, de acordo com as necessidades da **Cooperativa Central**, Comitês de Gestão de Riscos e de Apoio Técnico, efetivos ou temporários, ou outros que este julgar necessário.

Artigo 79. O Comitê de Gestão de Risco, se criado, será um órgão auxiliar, instituído pelo Conselho de Administração da **Cooperativa Central**, que terá por finalidade apresentar propostas para definição de padrões e alçadas, e ainda, fazer análises técnicas inerentes às operações financeiras a serem implementadas por esta e/ou por suas **Cooperativas Filiadas**.

Público-Alvo: Dirigentes e colaboradores das Cooperativas Central e Filiadas		Versão Nro: 13
Aprovado por: Conselho de Administração e Ratificado pela Assembleia Geral Ordinária	Data aprovação reunião: 26/11/2021	
Responsável pelo documento: Gerente Jurídico, Societário e Secretaria de Governança		

Artigo 80. Para os Comitês de Apoio Técnico poderão ser criados grupos de apoio nas áreas de planejamento estratégico, tecnologia e automação, jurídico e societário e controles internos, produtos e serviços e outros, a critério do Conselho de Administração.

Artigo 81. Os Comitês, compostos de no mínimo 3 (três) membros, serão integrados por técnicos ou executivos contratados das **Cooperativas Filiadas**, juntamente com o encarregado da área competente da **Cooperativa Central**, que atuarão sem remuneração, fazendo jus ao ressarcimento das despesas havidas, com transporte, estadia e alimentação.

Artigo 82. A convocação dos membros dos diferentes grupos, bem como a sua nomeação e substituição, compete ao Conselho de Administração da **Cooperativa Central**.

Artigo 83. Dentre outras atribuições de auxílio técnico, os grupos poderão apresentar quaisquer sugestões relativas ao bom desempenho da sua área específica, bem como proceder à análise técnica de projetos de interesse do **Sistema Ailos**.

Artigo 84. A Cooperativa Central contará ainda com Auditoria Cooperativa, realizada no mínimo, anualmente, por entidade de auditoria cooperativa ou empresa de auditoria credenciada pelo Banco Central, e Auditoria Externa das Demonstrações Financeiras e notas explicativas, realizada semestralmente, promovida por Auditores Independentes.

Seção II – Do Conselho de Administração

Artigo 85. A **Cooperativa Central** será administrada por um Conselho de Administração, cuja composição, atribuições e competências estão dispostas nos arts. 38 e seguintes do Estatuto Social.

Artigo 86. Para fins de cumprimento do disposto no art. 39, § 3º do Estatuto Social, fica assegurado à **Cooperativa Filiada** que detenha proporcionalmente mais de 50% (cinquenta por cento) do número de cooperados do **Sistema Ailos**, apurado à época da Assembleia Geral de eleição, o cargo de Presidente do Conselho de Administração, o qual será exercido pelo seu representante eleito.

Parágrafo único. Pode a **Cooperativa Filiada**, a seu critério, abrir mão do direito constante no *caput* deste artigo, indicando, dentre os eleitos para o Conselho de Administração, um representante de outra **Cooperativa Filiada** para ocupar o referido cargo.

Artigo 87. No caso de admissão de nova **Cooperativa Filiada**, o representante por esta indicado poderá participar das reuniões com direito a voz e sem direito a voto, até que seu nome seja referendado na primeira Assembleia Geral e homologado pelo Banco Central do Brasil, sendo que o Conselho de Administração poderá, a seu critério, convocar Assembleia Geral Extraordinária para esse fim.

Parágrafo único. O representante indicado pela **Cooperativa Filiada**, na forma prevista no *caput* deste artigo exercerá a função somente pelo período remanescente do mandato em vigor dos atuais Conselheiros.

Artigo 88. O Conselho de Administração tem como missão fixar a orientação estratégica e os objetivos da **Cooperativa Central**, devendo acompanhar sistematicamente os resultados

Público-Alvo: Dirigentes e colaboradores das Cooperativas Central e Filiadas		Versão Nro: 13
Aprovado por: Conselho de Administração e Ratificado pela Assembleia Geral Ordinária	Data aprovação reunião: 26/11/2021	
Responsável pelo documento: Gerente Jurídico, Societário e Secretaria de Governança		

alcançados e prestar contas às **Cooperativas Filiadas**, zelando pela preservação dos valores e princípios cooperativistas, a fim de garantir a perenidade dos negócios.

Artigo 89. O Conselho de Administração eleito deve prestar contas de sua atuação às **Cooperativas Filiadas** e responder integralmente por todos os atos praticados no exercício de seu mandato, bem como deve observar todos os direitos e responsabilidades inerentes aos cargos, devidamente estabelecidos no Estatuto Social da **Cooperativa Central**, no presente Regimento Interno, no Regimento Interno do Conselho de Administração, na Legislação Cooperativa, do Sistema Financeiro Nacional, na regulamentação baixada pela autoridade normativa e demais normas oficiais vigentes.

Artigo 90. A forma de funcionamento do Conselho de Administração encontra-se definida no Regimento Interno do Conselho de Administração.

Seção III – Do Conselho Fiscal

Artigo 91. O Conselho Fiscal, como órgão fiscalizador da **Cooperativa Central**, tem sua composição, atribuições e competências dispostas nos arts. 50 e seguintes do Estatuto Social.

Artigo 92. O Conselho Fiscal tem como missão exercer o controle da legitimidade das contas e da gestão dos administradores, o que consiste em verificar se as deliberações do Conselho de Administração e os atos de gestão estão em consonância com a lei, com o Estatuto Social e com as normas internas do **Sistema Ailos**, e ainda, se dão cumprimento às deliberações da Assembleia Geral. Deve, também, considerar o mérito dos negócios, de modo a verificar se estão em conformidade com o objetivo social e os fins próprios da **Cooperativa Central**.

Artigo 93. Visando um trabalho de fiscalização e de representação mais amplos, considerando o volume de atividades da **Cooperativa Central**, as funções de Conselheiro Fiscal serão exercidas de forma conjunta, tanto pelos membros efetivos como suplentes, respeitadas, no entanto, as responsabilidades conforme disposto nos arts. 54 e seguintes do Estatuto Social.

Artigo 94. O Presidente do Conselho de Administração deve assegurar ao Conselho Fiscal, instalações e equipamentos necessários ao cumprimento de suas funções, preservando-se a privacidade e confidencialidade de seus trabalhos e decisões.

Artigo 95. Se convocados, o Presidente do Conselho de Administração, o Diretor Executivo ou qualquer outro integrante da Diretoria Executiva, ou ainda, o Contador, Gerentes e/ou qualquer outro **Colaborador**, deverão fazer-se presentes às reuniões do Conselho Fiscal para prestar os esclarecimentos julgados necessários.

Artigo 96. A forma de funcionamento do Conselho Fiscal encontra-se definida no Regimento Interno do Conselho Fiscal.

Seção IV – Da Diretoria Executiva

Artigo 97. A **Cooperativa Central** possui uma Diretoria Executiva, cuja composição, atribuições e competências estão dispostas nos arts. 56 e seguintes do Estatuto Social.

Parágrafo único. Complementarmente às atribuições definidas pelo Estatuto Social, o Conselho de Administração poderá definir outras funções aos integrantes da Diretoria Executiva.

Público-Alvo: Dirigentes e colaboradores das Cooperativas Central e Filiadas		Versão Nro: 13
Aprovado por: Conselho de Administração e Ratificado pela Assembleia Geral Ordinária	Data aprovação reunião: 26/11/2021	
Responsável pelo documento: Gerente Jurídico, Societário e Secretaria de Governança		

Artigo 98. A Diretoria Executiva é responsável pela gestão executiva da **Cooperativa Central**, possuindo a atribuição de acompanhar o estado econômico-financeiro e social do **Sistema Ailos** e responsabilizando-se pela definição, desenvolvimento e execução de ações que visem ao atendimento das diretrizes e metas traçadas no plano estratégico, devendo prestar contas da sua atuação a todos os envolvidos sempre que solicitada.

Artigo 99. Fica vedado a qualquer dos membros integrantes da Diretoria Executiva ocupar o cargo de Conselheiro Fiscal, seja efetivo ou suplente.

Artigo 100. A forma de funcionamento da Diretoria Executiva encontra-se definida no Regimento Interno da Diretoria Executiva.

Seção V – Quadro Funcional

Artigo 101. A **Cooperativa Central** é estruturada com quadro de pessoal permanente e, se necessário, com serviços terceirizados, segundo suas atividades próprias, conforme definidas no Estatuto Social.

Artigo 102. A **Cooperativa Central** adota mecanismos de capacitação e atualização contínuas de seus **Colaboradores** visando, não somente a capacitação técnica, através de treinamentos específicos e de especialização nas suas respectivas áreas, mas também a prática cotidiana dos valores e princípios cooperativistas, através da participação nos programas de capacitação em educação cooperativista.

Artigo 103. Visando estimular a participação, o comprometimento e o desenvolvimento de uma visão mais abrangente possível dos negócios relacionados ao Cooperativismo de Crédito nos **Colaboradores**, a **Cooperativa Central** adota o modelo participativo na elaboração de seus planejamentos estratégicos, plano de ações e metas e orçamentos anuais.

Artigo 104. As Políticas de Recursos Humanos serão aprovadas pelo Conselho de Administração.

Artigo 105. É vedada a contratação de parentes dos Conselheiros, Diretores e Gerentes até 2º (segundo) grau, cônjuge, companheiro(a), cunhado(a) ou namorado(a), ou qualquer outra pessoa comprovadamente próxima destes. Quanto aos demais **Colaboradores**, fica permitida a contratação, desde que não seja na mesma área de atuação do **Colaborador** ou em posição de subordinação ao mesmo.

Parágrafo Único. A vedação que trata o *caput* desta cláusula deve, obrigatoriamente, ser implementada nas Políticas de Recursos Humanos, nos processos de recrutamento e seleção das **Cooperativas Filiadas**.

Artigo 106. O quadro de pessoal terá as atribuições e responsabilidades descritas em manual próprio e/ou no Plano de Cargos e Salários.

Artigo 107. O enquadramento salarial dos **Colaboradores** deve ser feito em consonância com o que estabelece a Política e o Plano de Cargos e Salários, aprovada pelo Conselho de Administração da **Cooperativa Central**.

Público-Alvo: Dirigentes e colaboradores das Cooperativas Central e Filiadas		Versão Nro: 13
Aprovado por: Conselho de Administração e Ratificado pela Assembleia Geral Ordinária	Data aprovação reunião: 26/11/2021	
Responsável pelo documento: Gerente Jurídico, Societário e Secretaria de Governança		

TÍTULO III - DAS OPERAÇÕES

CAPÍTULO I - DAS OPERAÇÕES FINANCEIRAS

Seção I – Das Disposições sobre o Capital Social

Artigo 108. O capital integralizado da **Cooperativa Filiada**, descontada a imobilização técnica proporcional, será somado ao volume de recursos de liquidez desta.

Seção II – Disposições Gerais

Artigo 109. Por força da filiação à **Cooperativa Central**, observado o disposto no Estatuto Social, o saldo dos recursos financeiros captados e não aplicados nos **Cooperados**, de todas as **Cooperativas Filiadas**, deverá ser centralizado na **Cooperativa Central**, com o repasse diário ao final do expediente.

Parágrafo único. Cumpridas as exigências mínimas de liquidez e dos limites operacionais definidos pela **Cooperativa Central**, as **Cooperativas Filiadas** poderão fazer uso dos recursos centralizados, com repasse diário ao final do expediente.

Artigo 110. Para efetuar operações financeiras de recursos de suas **Cooperativas Filiadas**, a **Cooperativa Central** deverá obedecer aos normativos legais que tratam dos limites de diversificação de risco e de alavancagem, e administrar em escala os recursos de suas **Cooperativas Filiadas**, com adequados requisitos mínimos de segurança, liquidez e rentabilidade.

Artigo 111. O Conselho de Administração da **Cooperativa Central**, por meio da Política de Gerenciamento Integrado de Riscos da Cooperativa Central (S4), Declaração de Apetite a Risco (RAS) – Central Ailos, Política de Crédito do Sistema Ailos, Política de Investimentos da Cooperativa Central, Política de Tesouraria do Sistema Ailos e Política de Captação do Sistema Ailos, definirá critérios e diretrizes a serem observados pelas **Cooperativas Filiadas** para consecução do objeto social destas.

Artigo 112. As **Cooperativas Filiadas** respondem subsidiariamente pelas obrigações contraídas pela **Cooperativa Central** perante terceiros, perdurando esta responsabilidade nos casos de demissão, eliminação ou exclusão, até a data em que forem aprovadas, pela Assembleia Geral, as contas do exercício em que se deu o desligamento.

Seção III – Da Contratação e do Limite de Operações de Crédito de Repasse com Outras Instituições Financeiras

Artigo 113. As **Cooperativas Filiadas** poderão realizar com a Cooperativa Central, operações destinadas ao financiamento das suas atividades que correspondam aos objetivos dos **Cooperados**, dentro da sua capacidade de captação e endividamento, conforme padrões e limites a serem estabelecidos pelos Conselhos de Administração respeitados os limites legais, estatutários e os fixados pela **Cooperativa Central**.

Parágrafo único. Excepcionalmente as operações financeiras poderão ser realizadas com outras instituições financeiras, desde que acompanhadas e autorizadas pela **Cooperativa Central**.

Público-Alvo: Dirigentes e colaboradores das Cooperativas Central e Filiadas		Versão Nro: 13
Aprovado por: Conselho de Administração e Ratificado pela Assembleia Geral Ordinária	Data aprovação reunião: 26/11/2021	
Responsável pelo documento: Gerente Jurídico, Societário e Secretaria de Governança		

Artigo 114. A obtenção, pelas **Cooperativas Filiadas**, de recursos de qualquer outra natureza junto a outras instituições (repasses, depósitos interfinanceiros e outros), somente será permitida se realizada por intermédio de parcerias firmadas entre a **Cooperativa Central** e a instituição financeira terceira, sendo que terá a carga da **Cooperativa Central**, disciplinamento próprio.

Artigo 115. As **Cooperativas Filiadas**, através do seu corpo diretivo e operacional, conduzirão as operações ativas e passivas realizadas conforme estabelecido na presente Seção, com rigorosa obediência às normas oficiais e internas, especialmente as previstas no presente Regimento Interno e no Estatuto Social.

Parágrafo único. Conforme o art. 44 do Estatuto Social, os componentes do Conselho de Administração respondem, a qualquer tempo, salvo prescrição extintiva, pelos atos que tiverem praticado ou omissões em que houverem incorrido, equiparando-se aos administradores das sociedades anônimas para os efeitos de responsabilidade criminal, assim como, responderão solidariamente pelos prejuízos decorrentes de seus atos, se agirem com culpa ou dolo, sendo que esta responsabilidade se circunscreve ao montante dos prejuízos causados.

Seção IV – Das Diretrizes Para as Operações de Crédito

Artigo 116. Para que as Cooperativas Filiadas operem com a Cooperativa Central, necessariamente deverão apresentar garantias para dar segurança às operações realizadas, em consonância com as exigências estabelecidas nas políticas do **Sistema Ailos**.

Artigo 117. Uma vez concedidos os créditos, vencidos os prazos proporcionados, a **Cooperativa Filiada** deverá satisfazer pontualmente seus compromissos para com a **Cooperativa Central**, sob pena de serem executadas as garantias.

Artigo 118. O Conselho de Administração da **Cooperativa Central** poderá criar e manter um Comitê de Crédito, com regras a serem estabelecidas em regimento interno do respectivo comitê, elaborado pelo Conselho de Administração, o qual terá por finalidade avaliar e aprovar ou negar a concessão de créditos compreendidos por todos os tipos de empréstimos que a **Cooperativa Filiada** venha a pleitear junto à **Cooperativa Central**.

Artigo 119. Nenhuma **Cooperativa Filiada** visando à segurança das operações poderá individualmente realizar operações de crédito superiores a 15% (quinze por cento) do seu patrimônio de referência concentradas num único **Cooperado e/ou grupo econômico**.

Artigo 120. Os produtos de crédito oferecidos pelas **Cooperativas Filiadas** obedecerão, no mínimo, ao padrão determinado nas Políticas e Manuais de Crédito do **Sistema Ailos**, cabendo definir dentro de cada produto as características das linhas de crédito como, prazos, taxas, reciprocidade, finalidades, carência e garantias.

Seção V – Do Fundo Garantidor de Depósitos

Artigo 121. A **Cooperativa Central** poderá manter um Fundo Garantidor de Depósitos, com regras a serem estabelecidas em regulamento próprio, o qual terá por finalidade proporcionar liquidez e solvabilidade aos **Cooperados** depositantes das **Cooperativas Filiadas** que venham a entrar em processo de insolvência e inviabilidade operacional.

Público-Alvo: Dirigentes e colaboradores das Cooperativas Central e Filiadas		Versão Nro: 13
Aprovado por: Conselho de Administração e Ratificado pela Assembleia Geral Ordinária	Data aprovação reunião: 26/11/2021	
Responsável pelo documento: Gerente Jurídico, Societário e Secretaria de Governança		

Artigo 122. Toda e qualquer penalidade pecuniária aplicada às **Cooperativas Filiadas** decorrente de infração prevista no presente Regimento Interno deverá ser integralizada como reserva indivisível, vinculada ao Fundo Garantidor de Depósitos, tão logo seja procedido o seu recolhimento, passando o valor recolhido a fazer parte integrante do referido Fundo.

TÍTULO IV - DO ORÇAMENTO, PLANEJAMENTO E CUSTEIO

Artigo 123. As **Cooperativas Filiadas** deverão elaborar, com assessoramento da **Cooperativa Central**, o seu orçamento anual, no qual deverão estar compreendidos a estrutura patrimonial de ativos e passivos e a projeção de receitas e despesas individualizadas por Posto de Atendimento – PAs e globais, bem como o plano de ações e metas para o exercício seguinte, devendo ambos serem concluídos e aprovados pelo Conselho de Administração até, no máximo, o dia 31 (trinta e um) de dezembro de cada ano.

§ 1º. Para viabilizar o cumprimento do prazo previsto no *caput* deste artigo, a Diretoria Executiva da Cooperativa Filiada deverá aprovar previamente o orçamento até o dia 20 (vinte) de novembro de cada ano.

§ 2º. O orçamento e o plano de ações e metas deverão ser elaborados com base nas premissas e indicadores estratégicos, em consonância com o planejamento estratégico do **Sistema Ailos**, bem como com base nos indicadores definidos pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva da respectiva **Cooperativa Filiada**.

§ 3º. O orçamento e o plano de ações e metas, tanto da **Cooperativa Central** como das **Cooperativas Filiadas**, além de serem aprovados pelas respectivas Diretorias Executivas e Conselhos de Administração, deverão ser referendados pelas Assembleias Gerais Ordinárias.

Artigo 124. A **Cooperativa Central** deverá elaborar o seu orçamento, bem como aprova-lo junto ao Conselho de Administração até o dia 31 (trinta e um) de dezembro de cada ano, em consonância com o planejamento estratégico do **Sistema Ailos** e com os orçamentos e plano de ações e metas das **Cooperativas Filiadas**.

Parágrafo único. Para viabilizar o cumprimento do prazo previsto no *caput* deste artigo, a Diretoria Executiva da **Cooperativa Central** deverá aprovar previamente o orçamento até o dia 30 (trinta) de novembro de cada ano, bem como submetê-lo à apreciação do Comitê Executivo da **Cooperativa Central** na reunião de dezembro.

Artigo 125. Projetos especiais de investimento ou despesas extraordinárias com valores relevantes deverão ser precedidos de estudos de viabilidade econômica e aprovados por maioria dos membros do Conselho de Administração presentes na reunião deliberativa em que os mesmos estiverem em análise e aprovação, devendo ser suportados pelas **Cooperativas Filiadas**, com orçamento independente, obedecidos critérios técnicos fixados na forma da mais justa participação, onde todas deverão contribuir, participantes ou não nos projetos.

Artigo 126. A falta da elaboração do orçamento anual no prazo estabelecido implicará, a critério do Conselho de Administração, numa multa equivalente a 10% (dez por cento) do valor do seu rateio mensal, calculado na forma do prevista no art. 128 do presente Regimento, dando direito à **Cooperativa Central** reter todos os valores que vierem a ser depositados na conta centralizadora, até integralização total do valor.

Público-Alvo: Dirigentes e colaboradores das Cooperativas Central e Filiadas		Versão Nro: 13
Aprovado por: Conselho de Administração e Ratificado pela Assembleia Geral Ordinária	Data aprovação reunião: 26/11/2021	
Responsável pelo documento: Gerente Jurídico, Societário e Secretaria de Governança		

Artigo 127. As despesas da **Cooperativa Central**, observado o orçamento aprovado na forma dos arts. 125 e seguintes do presente Regimento Interno, serão custeadas e suportadas integralmente pelas **Cooperativas Filiadas**, sendo apuradas mensalmente nos seguintes centros de custos:

I – Institucional/Gestão;

II – Administrativo;

III – Gestão de Crédito e Produtos de Crédito;

IV – Recuperação de Crédito;

V – Centrais de Atendimento para Cooperados e Colaboradores das Cooperativas Filiadas;

VI – CRM;

VII – Tecnologia;

VIII – Processamento de Folha de Pagamento.

§ 1º. O centro de custos “Institucional/Gestão” abrange as despesas relacionadas às Assembleias Gerais, ao Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Diretor Executivo e projetos, sendo que estas despesas serão transferidas na proporção de 50% (cinquenta por cento) ao centro de custos “Administrativo” e 50% (cinquenta por cento) ao centro de custos “Tecnologia”.

§ 2º. O centro de custos “Administrativo” abrange as despesas das áreas subordinadas aos Diretores de Operações e Produtos, de Riscos e Controladoria e Executivo, com exceção das despesas relacionadas aos incisos III, IV, V, VI e VIII do presente artigo.

§ 3º. A forma de cálculo do rateio das despesas do centro de custos “Administrativo” às Cooperativas Filiadas, acrescidas das despesas transferidas na forma do § 1º, será proporcional ao volume de recursos administrados (ativos) por cada uma delas relativamente ao mês anterior à apuração das despesas:

§ 4º. A forma de cálculo do rateio das despesas do centro de custos “Gestão de Crédito e Produtos de Crédito” às Cooperativas Filiadas, será proporcional ao volume da carteira de crédito de cada uma delas, relativamente ao mês da apuração das despesas.

§ 5º. A forma de cálculo do rateio das despesas do centro de custos “Recuperação de Crédito” às Cooperativas Filiadas será proporcional ao volume da carteira de crédito em atraso (igual ou superior a 15 (quinze) dias) de cada uma delas, relativamente ao mês da apuração das despesas.

§ 6º. A forma de cálculo do rateio das despesas do centro de custos “Centrais de Atendimento para Cooperados e Colaboradores das Cooperativas Filiadas” será proporcional ao volume de atendimentos realizados a cooperados e colaboradores das Cooperativas Central e Filiadas relativamente ao mês da apuração das despesas.

§ 7º. A forma de cálculo do rateio das despesas do centro de custos “CRM” será proporcional ao número de cooperados de cada Cooperativa Filial relativamente ao mês da apuração das despesas.

§ 8º. O centro de custos “Tecnologia” abrange as despesas relacionadas à área subordinada ao Diretor de Tecnologia da Informação e Serviços.

§ 9º. A forma de cálculo do rateio das despesas do centro de custos “Tecnologia” às Cooperativas Filiadas, acrescidas das despesas transferidas na forma do § 1º, será proporcional à quantidade de lançamentos processados nos sistemas operacionais do mesmo mês de apuração das despesas.

Público-Alvo: Dirigentes e colaboradores das Cooperativas Central e Filiadas		Versão Nro: 13
Aprovado por: Conselho de Administração e Ratificado pela Assembleia Geral Ordinária	Data aprovação reunião: 26/11/2021	
Responsável pelo documento: Gerente Jurídico, Societário e Secretaria de Governança		

§ 10º. A forma de cálculo do rateio das despesas do centro de custos “Processamento de Folha de Pagamento” será proporcional ao número de folhas de pagamento processadas no período.

Artigo 128. Eventuais alterações dos critérios de rateio serão aprovadas pelo Conselho de Administração da **Cooperativa Central** e referendadas na Assembleia Geral Ordinária seguinte.

Artigo 129. O valor assim apurado será debitado na conta centralizadora de cada uma das **Cooperativas Filiadas** mantida junto à **Cooperativa Central**, até o dia 10 (dez) do mês subsequente.

Artigo 130. A **Cooperativa Filiada** que não dispor de recursos suficientes, tornando-se inadimplente em algum valor do custeio, a partir do segundo mês, não poderá participar de quaisquer reuniões da **Cooperativa Central**, especialmente das reuniões do Conselho de Administração, e a partir do quinto mês, seu representante perde automaticamente o cargo de Conselheiro de Administração, visto tratar-se de falta grave.

Artigo 131. A partir do quinto mês, até a data da regularização dos débitos, os serviços prestados pela **Cooperativa Central**, ou por intermédio desta, serão interrompidos, sendo que permanecendo a **Cooperativa Filiada** inadimplente a partir do sexto mês, será iniciado o procedimento de eliminação.

TÍTULO V – DO DISCIPLINAMENTO DAS OPERAÇÕES

CAPÍTULO I – DA ADMINISTRAÇÃO DA COOPERATIVA CENTRAL E DAS COOPERATIVAS FILIADAS

Seção I – Da Autogestão e da Administração da Cooperativa Filiada

Artigo 132. Tendo em vista que a adesão à **Cooperativa Central** é um ato deliberativo da **Cooperativa Filiada**, esta continuará sendo a única responsável pela gestão de seus negócios, observadas as diretrizes definidas no seu Estatuto Social e respeitados os limites definidos no Estatuto Social da **Cooperativa Central** e no presente Regimento Interno.

Parágrafo único. A **Cooperativa Filiada** deverá ser administrada de acordo com seu Estatuto Social e Regimento Interno, sem qualquer participação ativa da **Cooperativa Central**, nas hipóteses em que a **Cooperativa Filiada** esteja funcionando regularmente.

Artigo 133. As **Cooperativas Filiadas** devem manter um controle rigoroso de suas operações ativas e passivas, concernentes às operações com seus **Cooperados**, devendo observar e respeitar as regras expedidas pela **Cooperativa Central** no que tange aos limites operacionais, aos riscos de mercado, liquidez, crédito, operacionais, socioambiental e de imagem, e todas as demais regras existentes.

Artigo 134. As **Cooperativas Filiadas** comprometem-se a manter reserva de recursos financeiros disponíveis compatível com seu volume de captação e de crédito, de acordo com os limites operacionais estabelecidos nas normas regulamentares do **Sistema Ailos**, em níveis que não venham a comprometer a sua operacionalidade e solidez, assim como, não afetar subsidiariamente a **Cooperativa Central** e as demais **Cooperativas Filiadas**.

Público-Alvo: Dirigentes e colaboradores das Cooperativas Central e Filiadas		Versão Nro: 13
Aprovado por: Conselho de Administração e Ratificado pela Assembleia Geral Ordinária	Data aprovação reunião: 26/11/2021	
Responsável pelo documento: Gerente Jurídico, Societário e Secretaria de Governança		

Seção II – Da Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro

Artigo 135. A **Cooperativa Central** deverá manter atualizada a Política de Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo, além de observar e respeitar na execução de suas atividades, o disposto na referida Política, a qual se constitui em um conjunto de diretrizes e procedimentos internos de controle instituídos com o objetivo de evitar que a **Cooperativa Central** e as Cooperativas a ela filiadas sejam utilizadas na prática dos crimes de que trata a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, quais sejam os crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores.

§ 1º. A Política referida no *caput* deste artigo destina-se a todos **Colaboradores**, assim considerados os empregados, estagiários, diretores, Conselheiros de Administração e Fiscal, que compõem a **Cooperativa Central**.

§ 2º. Caso a **Cooperativa Central** ou quaisquer pessoas obrigadas deixem de cumprir as obrigações previstas na Política de Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo, estarão sujeitas à aplicação das sanções previstas em lei, dentre as quais, destacam-se advertência, multa pecuniária, inabilitação temporária e cassação de autorização para operação ou funcionamento, de acordo com o nível de gravidade da infração, nos termos do disposto na Política mencionada e, em consonância com a legislação aplicável.

Seção III – Da Prestação de Serviços Oferecidos pela Cooperativa Central

Artigo 136. As **Cooperativas Filiadas** deverão utilizar-se exclusivamente dos serviços disponibilizados pela **Cooperativa Central**, tais como contábeis, tributários, jurídicos, societários, de administração de pessoal, de segurança corporativa, financeiros, de comunicação e marketing, e outros que vierem a ser disponibilizados, a fim de proporcionar ganho de escala e redução de riscos através da segregação.

Artigo 137. O desenvolvimento e a implementação de novos produtos e serviços a serem disponibilizados ao Quadro Social do **Sistema Ailos** dependerá de estudo de viabilidade a ser desenvolvido pela **Cooperativa Central** com a colaboração das **Cooperativas Filiadas**, e apresentado aos comitês responsáveis e ao Conselho de Administração.

§ 1º. Todo e qualquer produto ou serviço que as **Cooperativas Filiadas** pretendam disponibilizar aos seus **Cooperados** deverá ser previamente analisado pela **Cooperativa Central**, e em sendo por esta aprovado, deverá ser disponibilizado a todas as **Cooperativas Filiadas**.

§ 2º. As demandas de novos produtos e serviços deverão estar em consonância com o Planejamento Estratégico do **Sistema Ailos**, cabendo às **Cooperativas Filiadas** a análise da aderência a estes no seu Quadro Social.

§ 3º. Para implementação de novos produtos e serviços, as **Cooperativas Filiadas** receberão da **Cooperativa Central** apoio técnico em treinamentos, material de comunicação e marketing e outros que se fizerem necessários, bem como informações gerenciais para o acompanhamento do seu desempenho.

Artigo 138. Para a execução e controle das atividades internas da **Cooperativa Filiada**, esta deverá utilizar-se exclusivamente da infraestrutura de tecnologia disponibilizada pela **Cooperativa**

Público-Alvo: Dirigentes e colaboradores das Cooperativas Central e Filiadas		Versão Nro: 13
Aprovado por: Conselho de Administração e Ratificado pela Assembleia Geral Ordinária	Data aprovação reunião: 26/11/2021	
Responsável pelo documento: Gerente Jurídico, Societário e Secretaria de Governança		

Central, utilizando os produtos e serviços de acordo com as especificações e aprovações da própria **Cooperativa Central**.

§ 1º. As aquisições e instalações de equipamentos tecnológicos nas **Cooperativas Filiadas** deverão seguir as especificações constantes na Política de Suprimentos do **Sistema Ailos** e no Manual de Infraestrutura de Novas Cooperativas e Postos de Atendimento.

§ 2º. Quaisquer exceções às regras estabelecida no *caput* e no § 1º deste artigo deverão ser submetidas à análise e aprovação da **Cooperativa Central**.

CAPÍTULO II - DOS CONTROLES EXTERNOS E INTERNOS

Artigo 139. As **Cooperativas Filiadas**, nos termos do presente Regimento Interno e do Estatuto Social, devem observar o disposto na Norma do Sistema de Controles Internos do **Sistema Ailos** e submeter-se:

I – À Auditoria Interna Operacional realizada, no mínimo, anualmente, promovida por entidade de auditoria cooperativa ou empresa de auditoria devidamente contratada pela **Cooperativa Central**, que após a conclusão dos trabalhos emitirá relatório das não conformidades encontradas;

II – À Auditoria Externa das Demonstrações Contábeis, bem como das Notas Explicativas realizadas anualmente, promovida por Auditores Independentes, devidamente contratados pela **Cooperativa Central**.

§ 1º. Sem prejuízo do disposto no inciso I deste artigo, todas as atividades operacionais das **Cooperativas Filiadas** poderão sofrer auditoria diária, através de monitoramento efetuado pela **Cooperativa Central**.

§ 2º. Os Auditores Independentes após concluída a Auditoria referida no inciso II do presente artigo, deverão emitir parecer e relatório acerca das demonstrações contábeis, notas explicativas e Sistema de Controles Internos das **Cooperativas Filiadas**, o que deverá ser efetuado antes das Assembleias Gerais, a fim de possibilitar a sua apreciação.

Artigo 140. Para viabilizar os trabalhos de auditoria a serem exercidos pela **Cooperativa Central** e pelas empresas por esta contratadas, as **Cooperativas Filiadas** disponibilizarão as informações e documentos solicitados dentro dos prazos normais de auditagem, previamente especificados.

Artigo 141. Os relatórios de conclusão dos trabalhos dos auditores serão encaminhados em 02 (duas) vias à **Cooperativa Central**, a qual após análise, o encaminhará à **Cooperativa Filiana**.

§ 1º. Constatadas quaisquer não conformidades, a **Cooperativa Central** enviará à **Cooperativa Filiana**, junto ao relatório referido no *caput* deste artigo, correspondência por meio físico ou eletrônico com solicitação de esclarecimentos, a qual deverá ser respondida por escrito, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados do dia subsequente à data do envio, indicando as providências e os prazos para a regularização das não conformidades.

§ 2º. A resposta mencionada deverá conter as assinaturas do Diretor Executivo, bem como do Presidente da **Cooperativa Filiana**, ou na ausência deste, a assinatura do seu substituto estatutário.

§ 3º. Deve ainda a mencionada resposta ser submetida à apreciação dos Conselhos de Administração e Fiscal da **Cooperativa Filiana**, por ocasião da primeira reunião subsequente à

Público-Alvo: Dirigentes e colaboradores das Cooperativas Central e Filiadas		Versão Nro: 13
Aprovado por: Conselho de Administração e Ratificado pela Assembleia Geral Ordinária	Data aprovação reunião: 26/11/2021	
Responsável pelo documento: Gerente Jurídico, Societário e Secretaria de Governança		

sua formulação, apreciação esta que deverá ser registrada em ata. Em caso de não aprovação pelo Conselho de Administração deverá ser enviada à **Cooperativa Central**, imediatamente após a reunião do Conselho, comunicação formal acerca da não aprovação. Ademais, deverá ser elaborada nova resposta a ser enviada à **Cooperativa Central** no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados da data da mencionada reunião.

§ 4º. A falta de resposta no prazo estabelecido no § 1º deste artigo ou ainda a reincidência de apontamentos feitos pela Auditoria, sujeita as Cooperativas Filiadas às penalidades previstas neste Regimento Interno, no Estatuto Social e demais normas regulamentares do **Sistema Ailos**.

Artigo 142. A **Cooperativa Central**, pelos seus órgãos estatutários e **Colaboradores**, terá acesso a informações pertencentes às **Cooperativas Filiadas**, com vistas a atender aos seus objetivos sociais, a fim de exercer as atribuições de supervisão, auditoria, controle e de execução de funções operacionais das **Cooperativas Filiadas**, fato este que não constitui violação do dever de sigilo, nos termos da lei.

TÍTULO VI - DOS ATOS NORMATIVOS E ADMINISTRATIVOS

CAPÍTULO I - DISCIPLINAMENTO INTERNO

Artigo 143. Em complemento ao presente Regimento Interno, poderá a **Cooperativa Central** expedir:

- I – Resoluções;
- II – Regulamentos;
- III – Políticas;
- IV – Normas;
- V – Circulares;
- VI – Comunicados.

§ 1º. As normas regulamentares referidas nos incisos I, II, III do presente artigo serão aprovadas pelo Conselho de Administração, devendo estar em consonância com o Estatuto Social e o presente Regimento Interno, bem como em conjunto com a Legislação Cooperativa, do Sistema Financeiro Nacional, com o Código Civil, com a regulamentação baixada pela autoridade normativa e demais normas oficiais vigentes.

§ 2º. Após devidamente aprovadas e publicadas, as normas regulamentares referidas no presente artigo integrarão o presente Regimento Interno como instruções esparsas, para todos os efeitos.

Artigo 144. O presente Regimento entra em vigor na data da aprovação pela Assembleia Geral Ordinária de 28/01/2022, devendo ser observado e respeitado por todos os envolvidos.

Blumenau/SC, 26 de novembro de 2021.



Regimento Interno da Cooperativa Central de Crédito – Ailos

Público-Alvo: Dirigentes e colaboradores das Cooperativas Central e Filiadas		Versão Nro: 13
Aprovado por: Conselho de Administração e Ratificado pela Assembleia Geral Ordinária	Data aprovação reunião: 26/11/2021	
Responsável pelo documento: Gerente Jurídico, Societário e Secretaria de Governança		

Moacir Krambeck
Presidente

Gelásio Gomes
Vice-Presidente

Uwe Stortz
Secretário

Público-Alvo: Dirigentes e colaboradores das Cooperativas Central e Filiadas		Versão Nro: 13
Aprovado por: Conselho de Administração e Ratificado pela Assembleia Geral Ordinária	Data aprovação reunião: 26/11/2021	
Responsável pelo documento: Gerente Jurídico, Societário e Secretaria de Governança		

Histórico de Revisões

Versões	Data	Alterações	Responsável
01	15/04/2004	Elaboração do Documento	
02	26/01/2007	Reformulação do Documento	
03	25/04/2008	Reformulação do Documento	
04	14/05/2010	Reformulação do Documento	Jaqueline L. M. Verdi
05	25/01/2013	Reformulação do Documento	Jaqueline L. M. Verdi
06	24/01/2014	<p>I – Padronização do Regimento Interno de acordo com a Norma da Arquitetura de Documentos do Sistema Cecred, para incluí-lo no <i>template</i> padrão;</p> <p>II – Padronização da Terminologia “Posto de Atendimento Cooperativo – PAC”, para “Posto de Atendimento – PA”, de acordo com a Resolução nº 4.072/2012 do Conselho Monetário Nacional – CMN;</p> <p>III – Padronização da terminologia “Sistema Cecred” para “Sistema CECRED”, de acordo com o disposto no <i>template</i> padrão de Regimento Interno;</p> <p>IV – Exclusão do art. 124, que trata do FGCECRED;</p> <p>V – Alteração do caput do art. 129 para alterar a quantidade de centro de custos de quatro para três;</p> <p>VI – Exclusão do inciso IV e do § 6º do art. 128, que dispõe sobre o centro de custos “Compe/SPB”;</p> <p>VII – Alteração dos §§ 2º e 3º do art. 128, para incluir as despesas relacionadas aos processos de Compensação e Sistema de Pagamentos Brasileiro – SPB, no centro de custos “Administrativo”, bem como para fazer constar a forma de cálculo do rateio dessas despesas, bem</p>	Jaqueline L. M. Verdi

Público-Alvo: Dirigentes e colaboradores das Cooperativas Central e Filiadas		Versão Nro: 13
Aprovado por: Conselho de Administração e Ratificado pela Assembleia Geral Ordinária	Data aprovação reunião: 26/11/2021	
Responsável pelo documento: Gerente Jurídico, Societário e Secretaria de Governança		

		como das despesas relacionadas às áreas de Processual de Crédito e Recuperação de Crédito. VIII – Alteração dos incisos do art. 144, para excluir os “Manuais Operacionais” e incluir “Regulamento”.	
07	24/09/2015	Alteração das datas previstas nos arts. 124 e 125 do Regimento Interno para deliberação acerca do orçamento e plano de ações e metas (PAM).	Jaqueline L. M. Verdi
08	26/01/2017	Alteração do art. 128 que trata dos critérios de rateio das despesas custeadas e suportadas pelas Cooperativas Filiadas.	Jaqueline L. M. Verdi
09	20/04/2017	I – Alteração dos arts. 84 e 140, incisos I e II que dispõem sobre controles externos e internos. II – Exclusão do art. 117, que dispõe sobre as diretrizes para a concessão de operações de crédito. III – Alteração do “caput” e exclusão do Parágrafo único do art. 120, que dispõem sobre as diretrizes para a concessão de operações de crédito. IV – Alteração dos § 1º do art. 142, que dispõe sobre controles externos e internos.	Jaqueline L. M. Verdi
10	24/01/2019	Alteração da marca de “CECRED” para “AILOS” e adequação do art. 127 que trata dos critérios de rateio para: I - Equiparar a regra de critério de rateio das áreas de CSN e CSTI com o SAC; II - Incluir o critério de rateio Processamento de Folha de Pagamento para adequar à prática já adotada.	Jaqueline L. M. Verdi
11	19/12/2019	Alteração do endereço da sede e administração da Cooperativa Central de “Rua Frei Estanislau Schaette, nº 1201” para “Rua General Osório, nº 1180, Bairro Velha”.	Marcos R. L. Imme
12	23/04/2020	Alteração do art. 111, que trata dos critérios operacionais.	Jaqueline L. M. Verdi



Regimento Interno da Cooperativa Central de Crédito – Ailos

Público-Alvo: Dirigentes e colaboradores das Cooperativas Central e Filiadas		Versão Nro: 13
Aprovado por: Conselho de Administração e Ratificado pela Assembleia Geral Ordinária	Data aprovação reunião: 26/11/2021	
Responsável pelo documento: Gerente Jurídico, Societário e Secretaria de Governança		

13	26/11/2021	Alteração do inciso III e §2º do art. 57, que trata de declaração a ser apresentada pelos candidatos ao Conselho de Administração e Diretoria Executiva.	Jaqueline L. M. Verdi